

**Direito Penal**

**21) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.**

Os livros comerciais, os títulos ao portador e os transmissíveis por endosso equiparam-se, para fins penais, a documento público, sendo a sua falsificação tipificada como crime.

**22) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Provas: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Conhecimentos Básicos - Todas as Áreas/A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.**

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente. Se a conduta de Pedro não se consumar em razão de circunstâncias alheias à sua vontade, ele responderá pelo crime tentado, para o que está prevista a pena correspondente ao crime consumado diminuída de um a dois terços.

**23) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: Polícia Federal Provas: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Conhecimentos Básicos - Todas as Áreas/A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.**

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente. O princípio da adequação social se aplica à conduta de Pedro, de modo que se revoga o tipo penal incriminador em razão de se tratar de comportamento socialmente aceito.

**24) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.**

Em razão do princípio da proteção da coisa pública, o tipo penal que prevê o crime de descaminho não permite a aplicação do princípio da insignificância.

**25) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.**

As condutas dos ilícitos de corrupção passiva e de corrupção ativa são bilaterais e, assim, a condenação do corrupto passivo está vinculada à condenação do corruptor ativo.

**26) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.**

Funcionário público que utilizar o cargo para exercer defesa de interesse privado lícito e alheio perante a administração pública, ainda que se valendo de pessoa interposta, cometerá o crime de advocacia administrativa.

**27) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.**

Constitui crime de peculato na modalidade de desvio a aplicação de recurso para o alcance de finalidade diversa da prevista em lei, ainda que tal aplicação atenda ao interesse público.

**28) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.**

A analogia constitui meio para suprir lacuna do direito positivado, mas, em direito penal, só é possível a aplicação analógica da lei penal *in bonam partem*, em atenção ao princípio da reserva legal, expresso no artigo primeiro do Código Penal.

**29) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.**

No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiquidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.

**30) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.**

Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de navio que esteja a serviço do governo brasileiro, ainda que a embarcação esteja ancorada em território estrangeiro.

**31) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EMAP Prova: CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica/A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.**

**Situação hipotética:** João cometeu crime permanente que teve início em fevereiro de 2011 e fim em dezembro desse mesmo ano. Em novembro de 2011, houve alteração legislativa que agravou a pena do crime por ele cometido. **Assertiva:** Nessa situação, deve ser aplicada a lei que prevê pena mais benéfica em atenção ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

**32) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: EBSERH Prova: CESPE - 2018 - EBSERH - Advogado/Julgue o item seguinte, relativos aos tipos penais dispostos no Código Penal e nas leis penais extravagantes.**

No mesmo contexto fático, são incompatíveis o crime de corrupção ativa praticado por particular e o crime de concussão praticado por funcionário público.

**33) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/C/ **Órgão:** EBSERH **Prova:** CESPE - 2018 - EBSERH - Advogado/Julgue o item seguinte, relativos aos tipos penais dispostos no Código Penal e nas leis penais extravagantes. A distinção entre o roubo e a extorsão está no grau de participação da vítima, tendo em vista que, no segundo tipo penal, é exigida a participação efetiva do agente lesado.

**34) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** EBSERH **Prova:** CESPE - 2018 - EBSERH - Advogado/Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

**Situação hipotética:** Um agente, com a livre intenção de matar desafeto seu, disparou na direção deste, mas atingiu fatalmente pessoa diversa, que se encontrava próxima ao seu alvo. **Assertiva:** Nessa situação, configurou-se o erro sobre a pessoa e o agente responderá criminalmente como se tivesse atingido a pessoa visada.

**35) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/C/ **Órgão:** EBSERH **Prova:** CESPE - 2018 - EBSERH - Advogado/Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

**Situação hipotética:** Um crime foi praticado durante a vigência de lei que cominava pena de multa para essa conduta. Todavia, no decorrer do processo criminal, entrou em vigor nova lei, que, revogando a anterior, passou a atribuir ao referido crime a pena privativa de liberdade. **Assertiva:** Nessa situação, dever-se-á aplicar a lei vigente ao tempo da prática do crime.

**36) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** EBSERH **Prova:** CESPE - 2018 - EBSERH - Advogado/Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

Aquele que lesar o próprio corpo ou agravar as consequências de uma lesão com o intuito de buscar indenização será, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do delito em razão da sua própria conduta.

**37) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** STJ **Prova:** CESPE - 2018 - STJ - Técnico Judiciário - Administrativa/Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.

O crime é dito impossível quando não há, em razão da ineficácia do meio empregado, violação, tampouco perigo de violação, do bem jurídico tutelado pelo tipo penal.

**38) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** STJ **Prova:** CESPE - 2018 - STJ - Técnico Judiciário - Administrativa/Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.

Crime doloso é aquele em que o sujeito passivo age com imprudência, negligência ou imperícia.

**39) Ano:** 2018/**Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** STJ **Prova:** CESPE - 2018 - STJ - Técnico Judiciário - Administrativa/Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.

São causas excludentes de culpabilidade o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal.

**40) Ano:** 2018/**Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** STJ **Prova:** CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal/ Considerando a doutrina e a

jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes em espécie, julgue o seguinte item.

**Situação hipotética:** Um médico de hospital particular conveniado ao Sistema Único de Saúde praticou conduta delituosa em razão da sua função, configurando-se, a princípio, o tipo penal do peculato-furto. **Assertiva:** Nessa situação, como não detém a qualidade de servidor público, o agente responderá pelo crime de furto em sua forma qualificada.

### Leis Penais

**23) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/C/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/À luz do disposto no Estatuto do Desarmamento — Lei n.º 10.826/2003 —, julgue o item que se segue.

É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente, sendo o comando do Exército o responsável pelo registro de armas de uso restrito.

**24) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/C/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/À luz do disposto no Estatuto do Desarmamento — Lei n.º 10.826/2003 —, julgue o item que se segue.

Compete à Polícia Federal a autorização de porte de arma de fogo de uso permitido em todo território nacional, ao Ministério da Justiça a autorização aos responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ao Brasil e ao comando do Exército a autorização para o porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

**25) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/À luz do disposto no Estatuto do Desarmamento — Lei n.º 10.826/2003 —, julgue o item que se segue.

Os agentes operacionais da ABIN têm o direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela instituição, em todo o território nacional, desde que esteja em serviço

**26) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Nos termos da lei, é possível a responsabilização civil, hipótese em que a sanção consistirá no pagamento do valor do dano cumulado com quantia indenizatória arbitrada pelo juiz.

**27) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/C/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

As sanções penais previstas para o delito de abuso de autoridade incluem multa e detenção e podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

**28) Ano:** 2018 **Banca:** CESPE/E/ **Órgão:** ABIN **Prova:** CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência/Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

As sanções administrativas previstas para o crime de abuso de autoridade aplicam-se de acordo com a gravidade da conduta praticada e incluem a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo legal.

**29) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: ABIN Prova: CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência**/Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A representação da vítima do abuso, mesmo que desacompanhada de inquérito policial, é documento hábil para subsidiar a denúncia do Ministério Público e iniciar a ação penal.

**30) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: ABIN Prova: CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência**/Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Havendo dúvidas quanto à possibilidade de condenação na esfera criminal, o processo administrativo deve ser suspenso até o fim da ação penal, no intuito de se evitarem decisões conflitantes.

**31) Ano: 2018 Banca: CESPE/B/ Órgão: PC-MA Prova: CESPE - 2018 - PC-MA - Investigador de Polícia/Se**, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

**A**e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

**B**estará configurada uma causa de aumento de pena.

**C**a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

**D**provado o fato, a pena será de detenção.

**E**quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

**32)Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: PC-MA Prova: CESPE - 2018 - PC-MA - Investigador de Polícia/Se** uma pessoa presa em flagrante pela prática de estupro for submetida a ato vexatório por agente policial,

**A**poderá, no âmbito criminal, ser aplicada ao agente policial a penalidade de reclusão.

**B**poderá, no âmbito administrativo, ser aplicada a penalidade de repreensão ao agente, cumulada com a perda de vencimentos por determinado período.

**C**sem instauração e conclusão de inquérito policial, não poderá ser iniciada a ação penal contra o agente policial, sob pena de violação da independência entre os poderes.

**D**a aplicação de penalidade administrativa ao agente dependerá de condenação criminal.

**E**além de penalidade administrativa, poderá ser cominada ao agente a pena autônoma de proibição do exercício de funções de natureza policial.

**33) Ano: 2018 Banca: CESPE/D/ Órgão: PC-MA Prova: CESPE - 2018 - PC-MA - Delegado de Polícia Civil/De acordo com o entendimento da doutrina e dos tribunais superiores sobre o Estatuto do Desarmamento, especialmente quanto às armas de fogo,**

**A**o crime de tráfico internacional de arma de fogo é insuscetível de liberdade provisória.

**B**majora-se a pena em caso de crime de comércio ilegal de arma de fogo mesmo que se trate de armamento de uso permitido.

**C**a arma de fogo desmuniada afasta as figuras criminosas da posse ou do porte ilegal, considerando-se que o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.

**D**o porte de arma de fogo de uso permitido com a numeração raspada equivale penalmente ao porte de arma de fogo de uso restrito.

**E**o disparo de arma de fogo em via pública e o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido configuram situações de inafiançabilidade.

**34) Ano: 2018 Banca: CESPE/A/ Órgão: DPE-PE Prova: CESPE - 2018 - DPE-PE - Defensor Público/De acordo com a legislação penal especial, assinale a opção correta.**

**A**Comete o crime de tortura aquele que, tendo o dever de evitar a conduta, se mantém omissivo ao tomar ciência ou presenciar pessoa presa ser submetida a sofrimento físico ou mental, por meio da prática de ato não previsto legalmente.

**B**A autoridade policial pode praticar a ação controlada — que consiste no retardamento da intervenção policial para aguardar o momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações — independentemente de prévia comunicação ao juiz competente.

**C**Sendo o servidor público condenado por crime de abuso de autoridade, será decretada a perda do cargo e a sua inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até cinco anos.

**D**Em qualquer hipótese, configura-se o crime de disparo de arma de fogo disparar arma de fogo com a finalidade de praticar outro crime.

**35) Ano: 2017 Banca: CESPE/C/ Órgão: PGE-SE Prova: CESPE - 2017 - PGE-SE - Procurador do Estado/No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.**

**A**O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.

**B**A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.

**PROFESSORA JOCIANE LOUVERA**

**AULÃO 2 – PRF 2019**

[jociane@louvera.com.br](mailto:jociane@louvera.com.br)

**C** No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.

**D** A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.

**E** A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

**36) Ano: 2017 Banca: CESPE/E/ Órgão: Prefeitura de Belo Horizonte - MG Prova: CESPE - 2017 - Prefeitura de Belo Horizonte - MG - Procurador Municipal/À luz do CP e da legislação penal extravagante, JULGUE a assertiva.**

É atípica a conduta de fotografar criança em poses sensuais, com enfoque em seus órgãos genitais, quando estiverem cobertos por peças de roupas.

**37) Ano: 2016 Banca: CESPE/B/ Órgão: PC-GO Prova: CESPE - 2016 - PC-GO - Agente de Polícia Substituto/A luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, assinale a opção correta.**

**A** O fato de o agente constranger um indivíduo mediante violência ou grave ameaça, em razão da orientação sexual desse indivíduo, causando-lhe sofrimento físico ou mental, caracteriza o crime de tortura na modalidade discriminação.

**B** O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.

**C** A babá que, mediante grave ameaça e como forma de punição por mau comportamento durante uma refeição, submeter menor que esteja sob sua responsabilidade a intenso sofrimento mental não praticará crime de tortura por falta de tipicidade, podendo ser acusada apenas de maus tratos.

**D** O crime de tortura admite qualquer pessoa como sujeitos ativo ou passivo; assim, pelo fato de não exigirem qualidade especial do agente, os crimes de tortura são classificados como crimes comuns.

**E** Crimes de tortura são classificados como crimes próprios porque exigem, para a sua prática, a qualidade especial de os agentes serem agentes públicos.

**38) Ano: 2016 Banca: CESPE/B/ Órgão: PC-GO Provas: CESPE - 2016 - PC-GO - Conhecimentos Básicos/• Gabriel, como dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestantes, deixou de fornecer a uma parturiente, na ocasião da alta médica desta, declaração de nascimento em que constassem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato. • Júlia, professora de ensino fundamental, teve conhecimento de caso que envolvia suspeita de maus-tratos contra uma aluna de dez anos de idade e deixou de comunicar o fato à autoridade competente. • Alexandre hospedou, no hotel do qual é responsável, um adolescente que estava desacompanhado de seus pais ou de um responsável e sem autorização escrita deles**

ou de autoridade judiciária. Nessas situações hipotéticas, de acordo com o que prevê o ECA,

**A**somente Gabriel e Alexandre responderão por crime.

**B**somente Júlia e Alexandre responderão por infração administrativa.

**C**somente Gabriel e Alexandre responderão por infração administrativa.

**D**Gabriel, Júlia e Alexandre responderão por crime.

**E**somente Gabriel e Júlia responderão por crime.

**39) Ano: 2016 Banca: CESPE/C/Órgão: PC-GO Provas: CESPE - 2016 - PC-GO - Conhecimentos Básicos** Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

**A**prestação de serviços à comunidade

**B**internação em estabelecimento educacional

**C**requisição de tratamento psicológico

**D**inserção em regime de semiliberdade

**E**liberdade assistida

**40) Ano: 2009 Banca: CESPE/E/ Órgão: PGE-PE Prova: CESPE - 2009 - PGE-PE - Procurador do Estado**A respeito dos crimes contra meio ambiente, julgue a assertiva. Nos termos da Lei n.º 9.605/1998, as pessoas jurídicas não podem ser responsabilizadas penalmente por crimes ambientais.

**41) Ano: 2016 Banca: CESPE/E,E/Órgão: TJ-DFT Prova: CESPE - 2016 - TJ-DFT - Juiz**No que concerne à legislação penal extraordinária, julgue as assertivas.

I - Nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei n.º 9.605/1998, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.

II - No caso de reincidência de pessoa jurídica na prática de crimes previstos na lei que reprime condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, será efeito automático da condenação a dissolução da pessoa jurídica.

### Direito Processual Penal

**13) Ano: 2018 Banca: CESPE/Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Escrivão de Polícia Federal**João integra uma organização criminosa que, além



de contrabandar e armazenar, vende, clandestinamente, cigarros de origem estrangeira nas ruas de determinada cidade brasileira.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

A busca no depósito onde estão armazenados os cigarros contrabandeados será precedida da expedição de um mandado de busca e apreensão, que deverá incluir vários itens, sendo imprescindíveis apenas a indicação precisa do local da diligência e a assinatura da autoridade que expedir esse documento.

**14) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Em diligência com o objetivo de combater o tráfico internacional de entorpecentes, policiais federais localizaram uma plantação de maconha, onde encontraram equipamentos utilizados para embalar a droga. No local, foram apreendidos dinheiro e veículos e foram presas cinco pessoas que se encontravam na posse dos bens e cuidavam da plantação.**

Nessa situação hipotética, havendo indícios suficientes da existência de outros bens adquiridos pelos indivíduos presos com os proventos decorrentes da comercialização da maconha, a autoridade policial deverá imediatamente apreender esses bens, ainda que eles estejam na posse de terceiros, devendo, ainda, determinar às autoridades supervisoras do Banco Central do Brasil o bloqueio de valores existentes em movimentações bancárias em nome desses indivíduos presos.

**15) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal.**

**Situação hipotética:** A polícia foi informada da possível ocorrência de crime em determinado local. Por determinação da autoridade policial, agentes se dirigiram ao local e aguardaram o desenrolar da ação criminosa, a qual ensejou a prisão em flagrante dos autores do crime quando praticavam um roubo, que não chegou a ser consumado. Foi apurado, ainda, que se tratava de conduta oriunda de grupo organizado para a prática de crimes contra o patrimônio. **Assertiva:** Nessa situação, o flagrante foi lícito e configurou hipótese legal de ação controlada.

**16) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação à competência para requerer o arquivamento de autos de IP e às consequências da promoção desse tipo de arquivamento.**

Requerido pelo procurador-geral da República o arquivamento de IP, os autos foram encaminhados ao STF, órgão com competência originária para o processamento e o julgamento da matéria sob investigação, para as providências cabíveis. Nessa situação, o pedido do procurador-geral da República não estará sujeito a controle jurisdicional, devendo ser atendido.

**17) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação à competência para requerer o arquivamento de autos de IP e às consequências da promoção desse tipo de arquivamento.**

PROFESSORA JOCIANE LOUVERA

AULÃO 2 – PRF 2019

[jociane@louvera.com.br](mailto:jociane@louvera.com.br)

Relatado o IP, sob a tese de atipicidade penal do fato, o MP requereu o arquivamento dos autos, o que foi determinado pelo competente juízo, em acolhimento à tese do MP. Nessa situação, o arquivamento dos autos nos termos do requerimento do MP impede a reabertura das investigações pela autoridade policial.

**18) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Acerca da prova no processo penal, julgue o item a seguir.**

Por força do princípio da verdade real, se uma autoridade policial determinar que um indiciado forneça material biológico para a coleta de amostra para exame de DNA cujo resultado poderá constituir prova para determinar a autoria de um crime, o indiciado estará obrigado a cumprir a determinação.

**19) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal/Acerca da prova no processo penal, julgue o item a seguir.**

Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.

**20) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Provas: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Conhecimentos Básicos - Todas as Áreas/A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.**

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente. Em regra, após a condução coercitiva de Pedro à delegacia, a competência para lavrar o auto de prisão em flagrante é da autoridade policial.

**21) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: Polícia Federal Provas: CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Conhecimentos Básicos - Todas as Áreas/A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.**

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente. Nesse caso, era dispensável prévia autorização judicial para apreensão dos CDs e DVDs, por isso os policiais agiram corretamente, uma vez que tais objetos estavam relacionados com a infração cometida por Pedro.

**22) Ano: 2018 Banca: CESPE/C/ Órgão: EBSEERH Prova: CESPE - 2018 - EBSEERH - Advogado/Julgue o seguinte item, acerca do *habeas corpus* e de medidas coativas de prisão.**

Será incabível a prisão em flagrante do autor de crime processável mediante ação pública condicionada a representação, caso inexistir autorização do ofendido ou de seu representante legal para a formalização do auto.

**23) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: EBSEERH Prova: CESPE - 2018 - EBSEERH - Advogado/Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de**

PROFESSORA JOCIANE LOUVERA

AULÃO 2 – PRF 2019

[jociane@louvera.com.br](mailto:jociane@louvera.com.br)

competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue o item a seguir.

A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.

**24) Ano: 2018 Banca: CESPE/E/ Órgão: STJ Prova: CESPE - 2018 - STJ - Técnico Judiciário - Administrativa/A respeito dos procedimentos de investigação, julgue o item que se segue.**

O inquérito policial tem caráter inquisitório, dispensando a ampla defesa e o contraditório, motivo pelo qual os elementos de informação nele documentados não são disponibilizados ao defensor do investigado.